



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Licitatório nº 53/2026
Pregão Eletrônico nº 23/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Este processo tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de máquinas e veículos de pequeno, médio e grande porte visando atender as demandas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo durante o período de 12 meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento:

LOTE 01 - VEICULOS E EQUIPAMENTOS DE MÉDIO E GRANDE PORTE								
ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	QTD DE VEÍCULOS	QTD UNITÁRIA DE DIÁRIAS, KMs E HORAS POR MÊS	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA, KM E HORA	VALOR UNITÁRIO DO ITEM POR MÊS	VALOR TOTAL DO ITEM MENSAL	VALOR GLOBAL (12 MESES)
1.	Caminhão ¾ 4x2 com carroceria. Caminhão carga seca ¾ 4x2 com carroceria. Comprimento da carroceria de aproximadamente 5,5m, largura aproximadamente 2,5m, tração 4x2, ar condicionado, direção hidráulica, capacidade de carga aproximada de 4 toneladas. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizado para o transporte de materiais de construção, como areia, brita, barras de aço, cimento e vários outros materiais. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000. Tipo: Caminhão VolksWagem Worker 8120.	MENSAL	1	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 394,55	R\$ 8.680,10	R\$ 8.680,10	R\$ 104.161,20
2.	Caminhão 4x2 com carroceria. Caminhão 4x2 com carroceria aberta. Comprimento da carroceria de aproximadamente 4,5m, largura aproximadamente	MENSAL	1	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 394,55	R\$ 8.680,10	R\$ 8.680,10	R\$ 104.161,20



	2,5m, tração 4x2, ar condicionado, direção hidráulica, capacidade de carga aproximada de 4 toneladas. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizado para o transporte de materiais de construção, como areia, brita, barras de aço, cimento e vários outros materiais. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000. Tipo: Caminhão Mercedes-Benz MB 608.							
3.	Caminhão 4x2 com carroceria, cabine suplementar e escada central na carroceria. Caminhão 4x2 com carroceria aberta, com cabine suplementar para almoxarifado e mínimo de 4 passageiros, e escada central na carroceria para serviços elétricos. Comprimento da carroceria de aproximadamente 3,0m, largura aproximadamente 2,5m, tração 4x2, ar condicionado, direção hidráulica, capacidade de carga aproximada de 4 toneladas. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000. Tipo: Caminhão Mercedes-Benz MB 710 Plus.	MENSAL	1	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 479,33	R\$ 10.545,26	R\$ 10.545,26	R\$ 126.543,12
4.	Caminhão munck 6x4. Caminhão munck 6x4. Capacidade aproximada de içamento: 10 toneladas. Comprimento aproximado da lança: 20m. Comprimento aproximado da carroceria: 7m. Caminhão munck para carga e descarga de materiais	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 198,11	R\$ 43.584,20	R\$ 43.584,20	R\$ 523.010,40



	pesados e equipado com aparelho para elevação de pessoa. Utilizado para operações de descarga, içamento e transporte de cargas pesadas. Com ar condicionado e direção hidráulica. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.							
5.	Caminhão pipa 9.000L. Caminhão pipa com capacidade mínima de 9.000 litros, trucado, com tanque de aço para armazenamento e transporte de água. Com ar condicionado e direção hidráulica. Com condutor e sem combustível. Equipado com mangueira esguicho, motor bomba, e todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	MENSAL	2	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 725,10	R\$ 15.952,20	R\$ 31.904,40	R\$ 382.852,80
6.	Caminhão prancha. O caminhão prancha com capacidade mínima de 15.000Kg utilizado para fazer o transporte de equipamentos, veículos ou máquinas pesadas. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). É uma excelente alternativa para o deslocamento de maquinários agrícolas, barras de aço, chapas e demais insumos de grande porte. A sua estrutura é projetada para uma locomoção de cargas segura e confiável, com a capacidade de suportar pesos elevados e percorrer longas distâncias. As manutenções preventivas	KM	1	400 KM POR MÊS	R\$ 97,39	R\$ 38.956,00	R\$ 38.956,00	R\$ 467.472,00



	e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.							
7.	<p>Caminhão tanque hidrotrato de alta pressão combinado. Caminhão tanque hidrotrato de alta pressão combinado para sucção a vácuo e hidrojetamento. Equipado com um carretel hidráulico tipo bandeira, com 120 metros de mangueira própria para desobstruções, tendo regulagem com trava no grau de operação e guia para enrolamento da mangueira. Acionado por comando hidráulico para efetuar o enrolamento e liberação da mangueira, sendo tudo monitorado por um painel de controle no corpo do carretel. Também conta com um carretel auxiliar mecânico para efetuar limpezas diversas, como limpeza de túneis, pistas, pátios e fachadas. Equipado com 30 metros de mangueira de alta pressão 1/2" e bico regulável. Tanque todo fabricado em aço carbono 1020 de espessura 3/16" (4,76mm), podendo também ser feito em aço inoxidável. Sendo dividido em seu interior, com reservatório de detritos e reservatório de água limpa do hidrotrato. Com capacidade mínima para 5m³ de água e 7m³ de resíduos. Suas principais atuações são limpeza de fossas, desobstrução de galerias de esgoto e tubulações em geral, oferecendo também a possibilidade de efetuar a sucção dos resíduos obstruídos. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2001.</p>	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 80,35	R\$ 17.677,00	R\$ 17.677,00	R\$ 212.124,00



8.	Escavadeira hidráulica sobre esteira. Escavadeira hidráulica sobre esteira, caçamba 1,20m ³ , peso operacional 21t, potência bruta 155HP. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As principais funções da escavadeira hidráulica são escavar e retirar materiais, como terra, entulho, aterro, entre outros. As escavadeiras hidráulicas foram projetadas para as seguintes operações: içar objetos; cavar terrenos e montanhas de materiais; revirar o solo em aterro sanitário; desobstruir canais e córregos; demolir construções; abastecer caminhões e caçambas; remover resíduos e entulhos, etc. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	HORA	2	220 HORAS POR MÊS	R\$ 378,49	R\$ 83.267,80	R\$ 166.535,60	R\$ 1.998.427,20
9.	Motoniveladora - patrol. Motoniveladora patrol com potência de 190HP e comprimento da lâmina 3,70m. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). A aplicação mais comum é o nivelamento de terrenos, mas o equipamento vai além da utilidade para terraplanagem. As motoniveladoras podem trabalhar tanto em aclives como em declives, pavimentando, realizando desgarramento e escarificação, criando taludes e curvas de níveis. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	HORA	2	220 HORAS POR MÊS	R\$ 163,06	R\$ 35.873,20	R\$ 71.746,40	R\$ 860.956,80
10.	Pá-carregadeira. Pá carregadeira de rodas articuladas, motor diesel de	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 99,69	R\$ 21.931,80	R\$ 21.931,80	R\$ 263.181,60



	04 cilindros, turbo alimentado, potência mínima de 125hp, transmissão com mínimo 04 marchas a frente e 03 a ré, carregador frontal com caçamba de no mínimo 1,5m³ de capacidade, com dentes e peso operacional mínimo de 10.000kg. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizada para: escavação; nivelamento e espalhamento de terra; serviços de terraplanagem; carregamento de materiais como brita, areia, lixo, entulho, entre outros; carregamento de materiais rochosos e produtos químicos; abertura de estradas e passagens; tracionamento de vagões de trem. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.							
11.	Retroescavadeira sobre rodas com carregadeira. Máquina retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, 90H, traçada 4X4, cabinada, com concha dianteira de no mínimo 1,3m³ e concha traseira de no mínimo 0,9m³. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizadas para muitas aplicações, incluindo: construção geral, demolições, escavações, paisagismo, quebra de asfalto, pavimentação, etc. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	HORA	3	220 HORAS POR MÊS	R\$ 97,14	R\$ 21.370,80	R\$ 64.112,40	R\$ 769.348,80
12.	Rolo compactador liso. Rolo compactador liso, potência 110HP, frequência 33Hz,	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 120,29	R\$ 26.463,80	R\$ 26.463,80	R\$ 317.565,60



	largura de compactação 2130mm, diâmetro 1523mm. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Os rolos compactadores são amplamente utilizados na pavimentação, cascalhamento, asfaltamento de vias e também na construção civil. Sua principal função é a de compactar o solo ou camadas de construção. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.							
13.	Rolo compactador pé de carneiro. Rolo compactador pé de carneiro, potência 80HP, peso operacional sem/com lastro 7,4/8,8t, largura de trabalho 1,68m. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Os rolos pé de carneiro tem o cilindro com patas, proeminências que formam um relevo na circunferência do rolo. A função das patas é penetrar superficialmente no solo para aumentar a área de contato. Isso faz com que a coesão entre as partículas seja quebrada, o que favorece a evaporação para que o material possa ser compactado. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2001.	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 123,54	R\$ 27.178,80	R\$ 27.178,80	R\$ 326.145,60
14.	Rolo compactador pneumático. Rolo compactador pneumático com 5 pneu frontais e 4 pneus traseiros. O rolo pneumático é principalmente aplicável para a operação de compactação de pavimento asfáltico, camada de	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 113,75	R\$ 25.025,00	R\$ 25.025,00	R\$ 300.300,00



	fundação, camada de fundação secundária, barragem e engenharia de enchimento. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Características aproximadas de compactação: largura de compactação 2300 mm; sobrepor 42 mm; carga da roda (kg/roda) 1200 kg; carga da roda, lastro em areia úmida (kg/roda) 1900 kg; carga da roda, lastro máximo (kg/roda) 3000 kg; tipo de pneu (suave) 13/80 R20; número de pneus (frontais/traseiros) 5 front / 4 rear; pressão do pneu 250 - 850 kPa. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2002.							
15.	Trator de esteira. Trator de esteira com potência de 125HP, peso operacional 12,9t, com lâmina 2,7m3, com escarificador. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). O trator de esteira é um tipo de trator que, no lugar das rodas, utiliza esteiras para sua locomoção. Por isso, seu uso é indicado para trabalhos pesados em locais de difícil acesso e com terrenos irregulares. A esteira garante maior aderência ao solo e estabilidade à máquina. Utilizado para escavações, terraplanagens e trabalhos pesados, bem como para rebocar máquinas de grande porte. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 133,77	R\$ 29.429,40	R\$ 29.429,40	R\$ 353.152,80
16.	Trator sobre rodas. Trator de pneu com potência de 120HP, tração 4x4, equipado	HORA	1	220 HORAS POR MÊS	R\$ 76,94	R\$ 16.926,80	R\$ 16.926,80	R\$ 203.121,60



	com pá carregadeira de 1,3m3 e com grades de discos acopladas. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizado para escavações, terraplanagens e trabalhos pesados, bem como para rebocar máquinas de grande porte. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.							
17.	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 6,0m3. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 6m3. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). O caminhão basculante é um tipo específico de veículo equipado com uma caçamba articulada na parte traseira, com capacidade de erguer a sua carroceria para que a carga transportada seja retirada por meio da ação da gravidade. Aplicado em obras de terraplanagem, demolição e escavação em razão da sua praticidade, sendo também usado para o transporte de materiais de construção, como areia, terra e brita, além de outros materiais a granel. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	HORA	3	220 HORAS POR MÊS	R\$ 68,08	R\$ 14.977,60	R\$ 44.932,80	R\$ 539.193,60
18.	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 12m3. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 12m3. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro).	HORA	3	220 HORAS POR MÊS	R\$ 84,84	R\$ 18.664,80	R\$ 55.994,40	R\$ 671.932,80



brasileiro). O caminhão basculante é um tipo específico de veículo equipado com uma caçamba articulada na parte traseira, com capacidade de erguer a sua carroceria para que a carga transportada seja retirada por meio da ação da gravidade. Aplicado em obras de terraplanagem, demolição e escavação em razão da sua praticidade, sendo também usado para o transporte de materiais de construção, como areia, terra e brita, além de outros materiais a granel. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.								
TOTAL							R\$ 710.304,26	R\$ 8.523.651,12

LOTE 02 - VEICULOS E EQUIPAMENTOS DE PEQUENO PORTE

ITEM	DESCRIÇÃO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	QTD DE VEÍCULOS	QTD UNITÁRIA DE DIÁRIAS, KMs E HORAS POR MÊS	VALOR UNITÁRIO DA DIÁRIA, KM E HORA	VALOR UNITÁRIO DO ITEM POR MÊS	VALOR TOTAL DO ITEM MENSAL	VALOR GLOBAL (12 MESES)
19.	Motocicleta. Veículo motocicleta com capacidade para 02 (dois) passageiros, movido a gasolina e/ou etanol potência do motor mínima 125cc, sistema de partida elétrica, sistema alimentação injeção eletrônica ignição eletrônica. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da	MENSAL	15	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 45,93	R\$ 1.010,46	R\$ 15.156,90	R\$ 181.882,80



	contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2016.							
20.	Picape. Veículo picape 4/4, cabine dupla, com carroceria aberta, sistema de freio a ar, tração 4x4, ar condicionado, direção hidráulica, potência mínima de 90CV, capacidade de carga aproximada de 1 tonelada. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2016. Tipo: Chevrolet S10.	MENSAL	2	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 483,86	R\$ 10.644,92	R\$ 21.289,84	R\$ 255.478,08
21.	Picape compacta. Veículo com carroceria para cargas de no mínimo 500Kg, potência mínima de 85CV. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizado para o transporte de pessoas e materiais de construção. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2016. Tipo: Fiat Strada.	MENSAL	2	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 234,97	R\$ 5.169,34	R\$ 10.338,68	R\$ 124.064,16
22.	Picape utilitária esportiva (Sport Utility Pick-up - SUP). Veículo picape utilitária esportiva, cabine dupla, com carroceria aberta, ar	MENSAL	2	DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 335,98	R\$ 7.391,56	R\$ 14.783,12	R\$ 177.397,44



	condicionado, direção hidráulica, potência mínima de 170CV, capacidade de carga mínima 750Kg. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2016. Tipo: Fiat Toro.							
23.	Veículo com carroceria 1.000Kg. Veículo com carroceria para cargas de até 1.000Kg, 4x4, movido a diesel, chassi longo, potência mínima de 90CV. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizado para o transporte de pessoas e materiais de construção. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000. Tipo: Toyota Bandeirante.	MENSAL	4	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 228,49	R\$ 5.026,78	R\$ 20.107,12	R\$ 241.285,44
24.	Veículo de passeio 4 portas. Veículo de passeio com 4 portas, hatch, utilitário, com ar-condicionado, direção hidráulica, air bag, freio abs, potência mínima de 92 cv e movido a gasolina, álcool ou bicombustível. Sem condutor e sem combustível.	MENSAL	2	22 DIÁRIAS POR MÊS	R\$ 156,00	R\$ 3.432,00	R\$ 6.864,00	R\$ 82.368,00



Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2016. Tipo: Volkswagen Polo.								
TOTAL							R\$ 88.539,66	R\$ 1.062.475,92

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Preliminar e das Especificações Técnicas.

1.3. O detalhamento do item, quantidades, materiais, dimensões, mão-de-obra e equipamentos encontram-se detalhados na Planilha Orçamentária – Orçamento Analítico, anexo deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) emissão da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico das Especificações Técnicas e Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O presente Termo de Referência tem por escopo descrever os itens, especificações técnicas, quantitativos e demais condições gerais de atendimento, a fim de permitir a locação de máquinas e veículos de pequeno, médio e grande porte para atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do Município de Belo Jardim/PE.

2.3. Os equipamentos descritos no presente termo são imprescindíveis para oferecer condições adequadas para execução dos serviços públicos prestados aos munícipes, possibilitado, assim, o desempenho das atribuições constitucionalmente impostas a esta municipalidade.

2.4. A abertura de novo processo licitatório justifica-se pela necessidade permanente de utilização de máquinas pesadas e veículos para a execução das atividades finalísticas da Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo, tais como serviços de terraplenagem, pavimentação, manutenção de vias públicas, drenagem, limpeza urbana e apoio a obras e serviços essenciais. Ressalta-se que o parque de máquinas próprio do Município é insuficiente ou, em determinados casos, apresenta elevado custo de manutenção, além de eventual indisponibilidade por desgaste natural, obsolescência ou necessidade de



reparos. Nesse contexto, a locação mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, por proporcionar economicidade, flexibilidade operacional, redução de custos com manutenção, seguro, depreciação e substituição de equipamentos, além de permitir a rápida adequação às demandas sazonais. Ademais, o novo certame faz-se necessário em razão do término da vigência contratual anterior e/ou da inexistência de contrato vigente que atenda integralmente às necessidades atuais, sendo imprescindível garantir a continuidade dos serviços públicos essenciais, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, conforme disposto na legislação aplicável.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizados em tópico específico Especificações Técnicas e Estudos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e presente no Termo Contratual.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 7:30 horas às 13:00 horas.

4.5. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.6. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.



4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. A abrangência dos serviços, objeto desta licitação, compreenderá toda a extensão territorial do Município de Belo Jardim/PE.

5.1.2. Os equipamentos deverão estar disponíveis nos horários de funcionamento da Administração ou em dias e horários estabelecidos em conformidade as necessidades do órgão.

5.2. Dos veículos

5.2.1. Os veículos deverão ser apresentados para o serviço sempre em perfeito estado de segurança, conservação e limpeza, cabendo a fiscalização tal julgamento.

5.2.2. Os veículos que não apresentarem condições de segurança e conservação adequados as suas respectivas utilizações, á critério da fiscalização, ou ainda, em caso de pane ou acidente, quando em serviço, deverão ser substituídos, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, por outro similar.

5.2.3. Nos casos de extrema necessidade, devidamente comprovada, os veículos poderão ser substituídos, por prazo de até 15 (quinze) dias, por veículos similar, findo o prazo, deverá a contratada repor o veículo de acordo com as especificações originais do contrato.

5.2.4. Todas as despesas decorrentes da operação e manutenção da frota, tais como: lubrificação, desgastes devido ao uso ou acidente, e substituição de peças, pneus, consertos, etc. serão de inteira responsabilidade da contratada.

5.2.5. Os seguros, multas, impostos, encargos sociais, Tributos Federais, Estaduais ou Municipais, serão de inteira responsabilidade da contratada.

5.3. Materiais a serem disponibilizados

5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas.

5.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços definido em conjunto com a contratada.



7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.3. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.3.1. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

7.4.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única



medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.5.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do



contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até trinta dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.26. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.27. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.27.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.



7.28. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.29. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.30. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.31. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.2. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

8.2.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021);

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23.1. Capital social mínimo de 10% do valor total estimado da licitação.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.26. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.27. Certidões ou atestados, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios, caso seja solicitado;

8.28. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.28.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



8.28.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.29. Para fins da qualificação técnica, deverá comprovar aptidão para execução do serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação ou ao item pertinente, por meio da apresentação de Atestados, em nome da licitante, expedidos por pessoa(s) de direito público ou privado, que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo de 3 (três) anos, dos itens abaixo discriminados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	PERÍODO MÍNIMO
Para o grupo 1			
4	Caminhão munck 6x4. Caminhão munck 6x4. Capacidade aproximada de içamento: 10 toneladas. Comprimento aproximado da lança: 20m. Comprimento aproximado da carroceria: 7m. Caminhão munck para carga e descarga de materiais pesados e equipado com aparelho para elevação de pessoa. Utilizado para operações de descarga, içamento e transporte de cargas pesadas. Com ar condicionado e direção hidráulica. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	hora	3 anos
6	Caminhão prancha. O caminhão prancha com capacidade mínima de 15.000Kg utilizado para fazer o transporte de equipamentos, veículos ou máquinas pesadas. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). É uma excelente alternativa para o deslocamento de maquinários agrícolas, barras de aço, chapas e demais insumos de grande porte. A sua estrutura é projetada para uma locomoção de cargas segura e confiável, com a capacidade de suportar pesos elevados e percorrer longas distâncias. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	km	3 anos
8	Escavadeira hidráulica sobre esteira. Escavadeira hidráulica sobre esteira, caçamba 1,20m ³ , peso operacional 21t, potência bruta 155HP. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As principais funções da escavadeira hidráulica são escavar e retirar materiais, como terra, entulho, aterro, entre outros. As escavadeiras hidráulicas foram projetadas para as seguintes operações: içar objetos; cavar terrenos e montanhas de materiais; revirar o solo em aterro sanitário; desobstruir canais e córregos; demolir construções; abastecer caminhões e caçambas; remover resíduos e entulhos, etc. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	hora	3 anos
9	Motoniveladora - patrol. Motoniveladora patrol com potência de 190HP e comprimento da lâmina 3,70m. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). A aplicação mais comum é o nivelamento de terrenos, mas o equipamento vai além da utilidade para terraplanagem. As motoniveladoras podem trabalhar tanto em aclives como em declives, pavimentando, realizando desgarramento e escarificação, criando taludes e curvas de níveis.	hora	3 anos



	As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.		
11	Máquina retroescavadeira sobre rodas com carregadeira, 90H, traçada 4X4, cabinada, com concha dianteira de no mínimo 1,3m³ e concha traseira de no mínimo 0,9m³. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizadas para muitas aplicações, incluindo: construção geral, demolições, escavações, paisagismo, quebra de asfalto, pavimentação, etc. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	hora	3 anos
17	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 6,0m³. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 6m³. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). O caminhão basculante é um tipo específico de veículo equipado com uma caçamba articulada na parte traseira, com capacidade de erguer a sua carroceria para que a carga transportada seja retirada por meio da ação da gravidade. Aplicado em obras de terraplanagem, demolição e escavação em razão da sua praticidade, sendo também usado para o transporte de materiais de construção, como areia, terra e brita, além de outros materiais a granel. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	hora	3 anos
18	Veículo tipo caçamba basculante com capacidade mínima de 12m³. Veículo tipo caçamba basculante, capacidade mínima de 12m³. Com condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). O caminhão basculante é um tipo específico de veículo equipado com uma caçamba articulada na parte traseira, com capacidade de erguer a sua carroceria para que a carga transportada seja retirada por meio da ação da gravidade. Aplicado em obras de terraplanagem, demolição e escavação em razão da sua praticidade, sendo também usado para o transporte de materiais de construção, como areia, terra e brita, além de outros materiais a granel. As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000.	hora	3 anos
Para o grupo 2			
19	Motocicleta. Veículo motocicleta com capacidade para 02 (dois) passageiros, movido a gasolina e/ou etanol potência do motor mínima 125cc, sistema de partida elétrica, sistema alimentação injeção eletrônica ignição eletrônica. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2016.	mês	3 anos
20	Picape. Veículo picape 4/4, cabine dupla, com carroceria aberta, sistema de freio a ar, tração 4x4, ar condicionado, direção hidráulica, potência mínima de 90CV, capacidade de carga aproximada de 1 tonelada. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). As manutenções preventivas e corretivas devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2016. Tipo: Chevrolet S10.	mês	3 anos
23	Veículo com carroceria 1.000Kg. Veículo com carroceria para cargas de até 1.000Kg, 4x4, movido a diesel, chassi longo, potência mínima de 90CV. Sem condutor e sem combustível. Equipado com todos os equipamentos e documentos exigidos pelo CTB (código de trânsito brasileiro). Utilizado para o transporte de pessoas e materiais de construção. As manutenções preventivas e corretivas	mês	3 anos



	devem ser por conta da contratada. Com idade mínima não inferior ao ano 2000. Tipo: Toyota Bandeirante.		
--	--	--	--

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo total estimado da contratação: R\$ 9.586.127,04 (nove milhões quinhentos e oitenta e seis mil cento e vinte e sete reais e quatro centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Administração.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Unidade Gestora: 18001
- II) Órgão Orçamentário: 31000
- III) Unidade Orçamentária: 31001
- IV) Função: 4
- V) Subfunção: 122
- VI) Programa: 47



VII) Ação: 2.93

VIII) Despesa: 318 3.3.90.39.00

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belo Jardim-PE, 29 de abril de 2026.

JOEDNA DE SOUZA SANTOS
Secretária de Infraestrutura e Urbanismo